

Marta Teixeira Anacleto
Sara Augusto
Zulmira Santos
Coordenação



Francisco
Manuel de Melo e o
Barroco Peninsular

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Ediciones Universidad Salamanca

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

REVISÃO TEXTO

Sara Augusto

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-0044-4 (Portugal)

978-84-7800-194-1 (Espanha)

DEPÓSITO LEGAL

311680/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



A presente publicação insere-se no Grupo “Poéticas” (coordenação de Marta Teixeira Anacleto) do Centro de Literatura Portuguesa, Unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010.

© AGOSTO 2010

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
EDICIONES UNIVERSIDAD DE SALAMANCA

Marta Teixeira Anacleto
Sara Augusto
Zulmira Santos
Coordenação



• Francisco
Manuel de Melo e o
Barroco Peninsular

PARTE III

**MODALIDADES DE ESCRITA DO BARROCO EM
D. FRANCISCO MANUEL DE MELO**

APONTAMENTO SOBRE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, A HISTÓRIA DA GUERRA DA CATALUNHA E OS PAPÉIS DA RESTAURAÇÃO

A *Historia de los movimientos y separación y Cataluña*¹ de D. Francisco Manuel de Melo tem sido geralmente considerada como uma narração feita em primeira mão de factos testemunhados pelo seu autor, apesar de este ter sido, de facto, cronista de uma guerra que praticamente não presenciou. Com efeito, tendo sido nomeado para assistir ao Marquês de Velez em Junho de 1640, Melo só permaneceu na Catalunha entre 25 de Novembro de 1640 e finais de Dezembro do mesmo ano, data em que, como se sabe, foi detido e enviado a Madrid para ser interrogado acerca do seu possível envolvimento na conspiração portuguesa que levou à Restauração². Como recordou Estruch Tobella em anos recentes, a circunstância de a obra não narrar toda a guerra, suspendendo o relato em 1641, com a derrota dos castelhanos em Montjuic, longe de corresponder a uma interrupção motivada pela ausência de dados testemunhais, parece decorrer de uma intenção política e traduzir o desejo de terminar com a apresentação da derrota do exército castelhano como «um final exemplar», adequado aos objectivos de um texto que, como todo o discurso historiográfico produzido por D. Francisco Manuel, se apresenta como uma lição destinada a provocar no leitor uma reflexão moral³.

O mesmo historiador demonstrou que, ao contrário do que fora afirmado por autores como B. N. Teensma⁴, Jean Colomès e outros, para narrar os acontecimentos de que fala

¹Clemente Libertino [pseud. D. Francisco Manuel de Melo], *Historia de los movimientos y separación y Cataluña y de la guerra entre la Magestad Católica de Don Felipe el Cuarto, Rey de Castilla y de Aragón, y la Diputación General de aquel Principado. Dedicada, ofrecida y consagrada a la santidad del beatísimo Padre Inocencio décimo, Pontífice Sumo Máximo romano*. Lisboa: 1645 [reed.: 1692 e 1696; trad. francesa: 1654; 1ª ed. espanhola: 1808].

²Jean Colomès, *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*. Paris, P.U.F., 1969, p. XXXV, sublinha que Velez recebeu a ordem de prisão de Melo juntamente com a notícia da Restauração de Portugal.

³Joan Estruch y Tobella, «Las fuentes de *Guerra de Cataluña*, de D. Francisco Manuel de Melo», *Criticón*, Toulouse: nº 44, 1988, pp. 7-24: «La obra termina en 1641 con la batalla de Montjuich, aunque la Guerra se prolongaría hasta 1652. Ello puede ser debido tanto al deseo de centrarse en lo que él conoció más directamente como al de concluir su obra con un final ejemplar, la derrota del ejército castellano a las puertas de Barcelona, adecuado a sus propósitos políticos».

⁴Benjamin Nicolas Teensma, *Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666: inventario genral de sus ideas*, Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1966; Jean Colomès, *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*, pp. 175-251.

nesta sua obra, em grande parte escrita na prisão, D. Francisco Manuel não se limitou a relatar uma experiência pessoal, mas lançou mão das fontes impressas a que foi tendo acesso⁵. O facto de ter podido manter uma intensa comunicação com o mundo exterior durante os cerca de onze anos que permaneceu encarcerado encontra-se documentado na numerosa correspondência que D. Francisco escreveu nessa época, e explica que o autor tenha podido recorrer a esses materiais: apesar de ser prisioneiro de Estado pôde escrever e receber cartas, visitas e livros, bem como tecer, manter e alimentar redes de sociabilidade no exterior do cárcere, um aspecto estudado em artigo recente por Maria de Lurdes Correia Fernandes⁶.

Como recordou Joel Serrão, algumas das fontes indirectas do texto da história das guerras da Catalunha são os modelos clássicos na forma de conceber, mas também de escrever a história: Salústio, Tito Lívio e Tácito eram historiadores que D. Francisco conhecia bem, muito provavelmente desde a juventude, ainda que mencione também autores mais modernos, como Diego Hurtado de Mendoza (1503-1575), cuja *Guerra de Granada* chega a citar⁷. Qualquer destes autores poderia ter sido lido por Melo em várias épocas da sua vida, mas não seria difícil voltar a consultar, então, as suas obras.

Mais directamente relacionadas com o tema que gostaríamos de desenvolver aqui, são as fontes contemporâneas de D. Francisco Manuel de Melo e, muito especialmente, a inclusão no seu discurso de adaptações reconhecíveis de passagens de quatro obras então muito recentes - três delas impressas em 1641 e uma em 1642 – um facto de que Joan Estruch Tobella deu conta num estudo de 1988⁸. São elas:

Proclamacion católica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande Rey de las Españas, y Empe-rador de las Indias nuestro señor. Los Conselleres Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona, *Impreso em Barcelona e agora em Lisboa por António Alvares, Impressor del Rey nosso Senhor, 1641*⁹.

Epitome de los principios y progresos de las guerras de Catalunha de los años 1640 1641 y señalada victoria de Montjuyque. Escrívelo el Pe Gaspar Sala Por mandado de los señores Deputados. En Barcelona. Por Pedro Lacavalleria. Anno 1641. E agora Impresso em Lisboa pello mesmo original, Por António Alvarez, Impressor del Rey nosso senhor. Anno 1641.

⁵ Joan Estruch y Tobella, «Las fuentes de *Guerra de Cataluña*, de D. Francisco Manuel de Melo». Este estudioso sublinha que entre os cinco livros que compõem a *História de los movimientos y separación de Cataluña* apenas os livros quarto e quinto se referem, em parte, a acontecimentos directamente presenciados por D. Francisco.

⁶ Maria de Lurdes Correia Fernandes, «Des sociabilités qui surmontent les distances. Autour du réseau des relations intellectuelles de Francisco Manuel de Melo» in *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris-Lisboa: 2005, pp. 33-44.

⁷ Joel Serrão, «Introdução» in D. Francisco Manuel de Melo, *Alterações de Évora: 1637*. Edição de Joel Serrão. Lisboa: Portugália, 1967.

⁸ No mesmo trabalho, Estruch y Tobella avança, como possibilidade de fontes indirectas da obra de D. Francisco, os papéis de José Pellicer de Tovar, *Idea del principado de Cataluña* Anvers, 1642 e Alberto Tormé y Liori, *Miscelaneos históricos y políticos sobre la guerra de Cataluña desde el año 1639*, que circulava manuscrito.

⁹ Deste opúsculo conserva-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, também, a versão editada em Barcelona: *Proclamacion católica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande Rey de las Españas, y Emperador de las Indias nuestro señor. Los Conselleres Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona*. Barcelona: Sebastian y Iayme Mathevad, 1641.

Noticia Universal de Catalunha en Amor servicios y Finezas admirable, en agravios opresiones y desprecios sufrida, En constituciones privilégios y libertades valerosa, en alteraciones movimientos y debates disculpada, en defensas repulsas e evasiones encogida, En Dios Razón y Armas prevenida y siempre en su Fidelidad constante A los muy Illustres Consellers, y Sábio Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona, En Lisboa, por António Alvarez Impressor del Rey. 1641.

Apoyos de la verdad catalana contra las obiecciones de una justificación, que se hizo en nombre del rey Catholico contra esta provincia com los cargos que injustamente se le impusieron per unos papeles volantes y descargo a ellos. De 1642.

Estas fontes merecem a nossa atenção.

Com efeito, se quisermos caracterizar estes impressos, teremos que ter em mente «a guerra de tinta» (na expressão de Nuria Florensa i Soler¹⁰) que, tal como se verificava na Europa Central desde o início da Guerra dos Trinta Anos, acompanhou as lutas separatistas da Catalunha e de Portugal em 1640. Refiro-me às intensas campanhas de propaganda assentes em panfletos impressos de larga difusão que secundaram as campanhas militares, as negociações financeiras e as acções de espionagem e de contra-espionagem entre as partes envolvidas. Os contemporâneos designavam estes panfletos, simplesmente, por papéis. E é assim que D. Francisco Manuel de Melo se lhes refere, quando na sua *História da Catalunha* alude aos «papeles que se han escrito en Cataluña» que circulavam sobre os acontecimentos¹¹.

A importância dos *papéis da Restauração* para o estudo dos anos 1640 a 1668 tem sido referida por estudiosos como Artur Anselmo, Fernando Bouza Alvarez, Eurico Gomes Dias¹² e, muito especialmente, por João Francisco Marques, que estudou as colecções portuguesas inventariadas e pôde não só avançar números relativos aos papéis que terão circulado em apoio do partido português (pelo menos 783) mas também sublinhar a variedade de idiomas neles utilizados (português, castelhano, latim, neerlandês, francês, italiano e catalão)¹³.

Tentei provar noutro lugar, que uma parte muito considerável dos impressos portugueses teve o patrocínio directo do Duque de Bragança na sua produção e disseminação¹⁴,

¹⁰ Nuria Florensa i Soler, «La republica catalana en la guerra contra Felipe IV: el Consell de Cent: más que un gobierno municipal», *Espacio, tiempo y forma*, Série IV, Historia Moderna, nº 12, 1999, pp. 181-198 e também Nuria Florensa i Soler, «La Republica catalana de 1641: un foc d'encendalls» in *Butlletí de la Societat catalana d'Estudis Històrics*, nº 15, 2004, pp. 75-88.

¹¹ Nos livros III, §39, IV, §113 e V §135. Citamos pela edição de Joan Estruch y Tobella: D. Francisco Manuel de MELO, *Guerra de Cataluña*. Barcelona: Fontamara, 1982.

¹² Artur Anselmo, *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997; Fernando Bouza Alvarez, *Imagem e Propaganda, Capítulos de Historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998 e Fernando Bouza Alvarez, «Cartas, traças e sátiras. Política, cultura e representações no Portugal dos Filipes 1580-1668», *Portugal no tempo dos Filipes*. Lisboa: Cosmos, 2000, pp. 19-38; Eurico Gomes Dias, «As primeiras Gazetas em Portugal: uma apresentação», *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomáticas portuguesas (edição transcrita)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, pp. XIII-XXI.

¹³ João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa da Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, 2 vols. Porto: INIC, 1989.

¹⁴ Vanda Anastácio, «Heróicas virtudes e escritos que as publiquem? D. Quixote nos *papéis da Restauração*», *Revue der iberischen Halbinseln*, nº 28. Berlim: Instituto Ibero-Americano, 2007, pp. 117-136.

uma interferência que explica a rapidez com que estes panfletos passavam pelas três instâncias do sistema de censura vigente em Portugal¹⁵, bem como a ausência frequente da transcrição de licenças dos censores nos papéis que circularam nos primeiros anos que seguiram à aclamação, e está patente na correspondência trocada entre o soberano e os seus representantes nas cortes estrangeiras. Os dados em presença permitem ainda verificar que, apesar de se poderem identificar cerca de uma dúzia de impressores em actividade no reino, entre a aclamação de D. João IV e a morte deste, o mercado editorial português se encontrou dominado por um grupo de apenas seis, todos eles exercendo a sua actividade em Lisboa¹⁶. São eles: Paulo Craesbeeck, Lourenço de Anveres, Jorge Rodrigues, Domingos Lopes Rosa, Manuel da Silva e António Álvares (que se intitula «Impressor de el Rey»).

Uma parte dos *papéis* que estes profissionais publicaram nestes anos foi impressa «à sua custa», informação que pode ler-se nas páginas de rosto de muitas das suas obras, mas uma proporção significativa destas publicações foi estampada «à custa» de um tal «Lourenço de Queirós», cujo nome surge acompanhado pela indicação: «livreiro do Estado de Bragança». Uma primeira sondagem entre os impressos conservados na Biblioteca Nacional de Lisboa permitiu-nos verificar que o nome desta personagem se encontra expressamente mencionado em obras provenientes das oficinas dos mesmos seis impressores. A proximidade entre este livreiro e o rei, (ou os círculos afectos à corte), é reivindicada pelo próprio Queirós em alguns dos paratextos das obras a que associou o seu nome¹⁷. Confirmam ainda esta proximidade, não só o facto de Queirós se identificar como «livreiro do Estado de Bragança» mas, também, os elementos dispersos por papéis desta época, relativos a outros privilégios que lhe foram concedidos pelo rei.

Note-se que o patrocínio real deste tipo de propaganda não constituiu um caso isolado no contexto europeu da época. Pela mesma época Filipe IV e o Duque de Olivares apoiaram a publicação de obras de propaganda contra Portugal e contra a Catalunha, e o profundo envolvimento da França nos conflitos peninsulares traduziu-se, também, no patrocínio directo de Luís XIII à criação e à disseminação de estampas e de *libelles* satíricos dentro e fora do espaço ibérico. A longa duração das guerras entre a Espanha e a França contribuiu mesmo para o aparecimento e difusão de uma personagem caricatural recorrente nos *papéis*

¹⁵ Em vez da duração média de um a dois anos entre a entrega de um original na tipografia e o seu aparecimento no mercado passou-se a intervalos inferiores a um mês, de semanas, ou até de dias em casos específicos.

¹⁶ Veja-se Maria Isabel Loff, *Impressores, Editores e Livreiros no século XVII em Lisboa*, separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, anos X-XII, 1964-1966, e Margarida Ortigão Ramos, *Tratamento bibliográfico de uma miscelânea de folhetos sobre a Restauração de Portugal 1641-1667* (exemplar policopiado). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980.

¹⁷ É o caso, por exemplo, da Dedicatória a D. Teodósio, herdeiro da Casa Real, que figura no papel impresso em 1642 por Domingos Lopes Rosa intitulado *Regra Militar oferecida ao Sereníssimo Príncipe Dom Theodosio nosso Senhor. Com hua Relaçam do que fez a Villa de barcellos, depois que foy aclamado Rey, & Snór Sua Magestade, até o primeiro de Janeiro 1642, Impressa á custa de Lourenço de Queirós Livreiro da Casa de Bragança*. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642. Na qual se pode ler o seguinte: «esta Relação, me enviarão dous criados de V. A. para as imprimir, das quais a Relação vinha já offerecida a V. A. E assí me pareceo que cometia crime, em não buscar affectuosamente a mesma protecção; pois como Official tão antigo da Real Casa de Bragança, corre por conta de V. A. apadrinhar as obras, que saírem por ordem minha».

franceses, chamada «l’Espagnol»¹⁸. O empenhamento pessoal do monarca português foi secundado pelo envolvimento dos seus homens de confiança na produção de textos difundidos através dos circuitos de venda ambulante de folhetos e papéis: António Pais Viegas, Francisco Velasco de Gouveia, João Pinto Ribeiro, António de Sousa de Macedo, o Conde de Penaguião, etc., foram autores de papéis, o que nos parece revelador quanto à importância que era atribuída então à sua produção.

O que pretendemos sublinhar aqui é a participação de D. Francisco Manuel de Melo nesta *guerra de papel e de tinta* «alimentando-a», por assim dizer, com pelo menos sete títulos, comparáveis aos *papéis de propaganda da Restauração* que acabamos de brevemente caracterizar, pelos objectivos, pelo tom e pelo modo de produção e circulação. É ele próprio que esclarece, por exemplo, no *Hospital das Letras*, que a *Historia de los movimientos y separación y Cataluña*, (publicada em 1645, no momento em que caíra em desgraça junto de D. João IV), resultara de uma encomenda deste género, inicialmente feita pela facção espanhola e posteriormente destinada ao rei de Portugal. Significativamente, ao referir o modo como começou a reunir materiais para compor o seu *papel* alude, quer aos dados da sua experiência pessoal, quer aos escritos que circulavam então. Conta:

Ora tinha El-Rei de Espanha ordenado ao general daquela guerra fizesse, pela pessoa mais hábil que no exército se achasse, pôr em memória os progressos dela. Não sei porque causa fui eu o escolhido para este efeito, não sendo o mais ocioso da companhia; mas foi, sem falta, porque nasci em signo de tabalião. *Recolhi logo, a este fim com grande pureza subministradas, as relações de tudo, passando-me tudo o que se obrava, ou pelas mãos ou pelos olhos*¹⁹.

Na narração que se segue, a obra é apresentada como um «serviço à república» e o seu último destinatário, apesar de a obra ter saído dedicada ao papa, o rei de Portugal:

Porém, quando eu já me dispunha a dar princípio à minha história, eis que me mandou prender el-Rei [*de Espanha, entenda-se*], por português, sem mais delito que o nascimento. Andaram os tempos, cheguei à pátria donde, depois de muito bem pisado e acalanhado, à imitação de nosso Ovídio em Ponto (e tanto que foi em o ponto mais cruel da minha vida), continuei a escritura começada desse livro. E porque a este tempo vagavam, pelo mundo, muitas falsas opiniões de um tão grave negócio, entendi fazer serviço à república, manifestando-o assim como ele fora e não como o ódio ou o amor, que são dous grandes pintores, o haviam pintado no lenço da eternidade, com mão diferente.

Quando se começou, aquele livro era oferecido a El-Rei de Castela; quando se acabou devia oferecer-se a El-Rei de Portugal. Partiu na contenda o discurso, acolhendo-me à Igreja e fazendo que o livro fosse posto aos benditos pés da santidade de Inocêncio X, por

¹⁸ Vejam-se algumas reproduções desta caricatura em Alexandra Reis Gomes (coord.), *Estampa e caricatura política estrangeira sobre Portugal: a doação Rau*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2000, e em Hélène Ducini, *Faire voir, faire croire. L’opinion publique sous Louis XIII*. Champ Vallon, 2003. Sobre a problemática das guerras de panfletos políticos veja-se também Christian Jouhaud, *Mazarinades: la Fronde des mots*. Paris: Gallimard, 1985, e Christian Jouhaud, *La Main de Richelieu, ou le pouvoir cardinal*. Paris: Gallimard, 1991.

¹⁹ Jean Colomès, *Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo*. Paris: Fundação Gulbenkian-Centre Culturel português, 1970, p. 94.

mãos de Jerónimo Bataglino, cujo primeiro exemplar mandou se colocasse na Livraria do Vaticano²⁰.

280

Foi neste mesmo espírito que, em 1646, D. Francisco respondeu com o *Ecco politico*²¹ a um panfleto castelhano a que João Pinto Ribeiro também respondera em 1645²² e, em 1647 engrossou a avalanche de papéis que deploram o atentado a D. João IV, com a publicação do *Manifesto de Portugal*²³. Tal como aconteceu com a maior parte dos autores portugueses de papéis partidários da Restauração (que usaram a situação de assimetria linguística explorando o acesso que esta lhes permitia à língua do inimigo), Melo redige estes textos em castelhano, um pormenor significativo já notado por António Camões Gouveia em 1987²⁴. A sua actividade panfletária continuou durante o reinado de D. Afonso VI, com a publicação de obras como as *Epanáphoras de varia história*, a *Declaracion que por el reyno de Portugal ofrece* e a *Demonstración que por el reyno de Portugal*, estas últimas assinadas com o pseudónimo de «Doctor Geronimo de Santa Cruz», publicadas em 1660, 1663 e 1664²⁵.

O facto de entre as fontes da sua história da guerra de Catalunha, se contarem «papéis» deste tipo, permite caracterizar D. Francisco Manuel não só como *produtor* de impressos de propaganda, mas também, como *consumidor* destes. Este aspecto pode ajudar-nos a entender melhor, não só o modo como Melo encarou a escrita da tal história de «uma acção particular» a que se refere no *Hospital das Letras*²⁶ mas, também, a credibilidade que atribuía às informações veiculadas nesses papéis. Nesse sentido, talvez valha a pena recordar as observações que faz D. Francisco quando se refere, no mesmo diálogo, ao modo como devem ser narrados os episódios contemporâneos, que parecem pressupor a consciência da necessidade imperiosa de o historiador proceder à interpretação de fontes e de informações, suprindo deste modo a falta de distanciamento crítico inerente ao relato de acontecimentos próximos no tempo. Diz:

²⁰ Jean Colomès, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo*, p. 94.

²¹ *Ecco politico. Responde en Portugal a la voz de Castilla y satisfice a un papel anonymo ofrecido al rey Felipe el IV. Sobre los intereses de la corona lusitana, y del oceanico, indico, brasilico, ethiopico, arábico, pérsico y africano império*. Lisboa: Paulo Craasbeeck, impressor das Ordenes Militares, 1645.

²² João Pinto Ribeiro, *Desengano ao parecer enganoso que se deu a Felipe III contra Portugal*. Lisboa: Paulo Craasbeeck, 1645.

²³ *Manifesto de Portugal escrito por D. Francisco Manuel*. Lisboa: Paulo Craasbeeck, 1647.

²⁴ António Camões Gouveia, «D. Francisco Manuel de Melo, polígrafo. Escrever, descrever, contar, falar e pintar», *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Editorial Delta, 1987, pp. 391-410.

²⁵ *Epanáphoras de vária história portuguesa a el rey Nosso senhor D. Afonso VI. Em cinco relações de sucessos pertencentes a este reyno, que contem os negócios públicos, políticos, trágicos, amorosos, bélicos, triunfantes*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, Impressor d'ElRey Nosso Senhor, 1660; *Declaración que por el reyno de Portugal ofrece el doctor Geronimo de Santa Cruz a todos los reynos y provincias de Europa contra las calumnias opublicadas de sus émulos*. Lisboa: António Craasbeeck y Melo, 1663 e *Demonstración que por el reyno de Portugal agora ofrece el doctor Geronimo de Santa Cruz, a todos los reynos y provincias de Europa en prueba de la declaracion por el mesmo autor y por el mesmo reyno a todos los reinos y provincias de Europa ya ofrecida contra las calunias publicadas de sus émulos y en favor de las verdades por el tiempo manifestadas*. Lisboa: António Craasbeeck de Melo, 1664. [*Relação dos sucessos da armada que a Companhia Geral de Comércio expediu ao estado do Brasil*, Lisboa, 1650].

²⁶ Jean Colomès, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo*, p. 137.

Mas aqueles historiadores que se empregam na escritura de uma só acção, como se disséssemos a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação dos movimentos e a transferência de uma república, a estes tais afirmo ser *lícito e obrigatório* salpicar de sentenças, observações e juízos a sua história, [...].

E ainda:

aqueles que só pintam uma acção particular, como nela não possam concorrer as cópias da variedade e estranheza de eventos que as primeiras histórias compreendem, é *necessário que o que faltou de riqueza à narração, supra a erudição em nosso proveito.*²⁷

Recorde-se que, apesar de se tratar em grande medida de impressos compostos sob patrocínio, a informação incluída nas relações de acontecimentos políticos e militares e nos manifestos que circulavam então dentro e fora do espaço peninsular era apresentada como verdadeira, um aspecto patente no número considerável de títulos iniciados com expressões do tipo: «Verdadeira relação...» ou «Relació molt verdadera...», etc. Por outro lado, o curto espaço de tempo decorrido entre os acontecimentos e o seu relato ou o seu comentário nestes *papéis*, conferiu a estes últimos uma função noticiosa próxima do jornalismo (não é por acaso que se considera que o jornalismo português nasceu nessa época com a *Gazeta da Restauração*). Nesta ordem de ideias, os papéis sobre a revolta da Catalunha acima referidos constituíam, do ponto de vista de D. Francisco Manuel de Melo, o repositório de notícias mais actualizado de que poderia dispor.

O estudo exaustivo da forma como D. Francisco trabalha esses materiais excede os limites deste breve apontamento. Diga-se, contudo, que, como foi já observado por Tobella, a partir do cotejo entre estes textos e a *História de los movimientos y separación de Cataluña* de D. Francisco de Melo, se observa que o mais utilizado foi o *Epítome*, do qual o autor incluirá por vezes longas citações que vai adaptando ao seu estilo próprio, por meio do acrescentamento de reflexões, de aforismos, de considerações sobre os objectivos ou as consequências de determinadas decisões políticas ou, ainda, da atribuição de motivações ou de emoções às personagens envolvidas, o que se traduz não apenas numa forma subtil de tomar partido, mas, também, num modo de questionar e de se distanciar dos dados veiculados por essas fontes.

Acontece ainda que as informações colhidas quer no mesmo *Epítome*, quer nos outros textos acima indicados surjam resumidas, ou truncadas pela eliminação de pormenores, e que D. Francisco combine e sintetize informações retiradas de mais de uma fonte. Inevitavelmente, a dependência destas relações é sobretudo visível quando o historiador conta acontecimentos que não presenciou, não sendo de estranhar que reproduza algumas das imprecisões transmitidas por estas: os erros que comete ao indicar a duração do cerco de Salses, por exemplo, ou o número de soldados pagos pela Catalunha nessa campanha foram claramente bebidos em *Apyos de la verdad catalana*.

²⁷ Jean Colomès, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo*, p. 137. Sublinhados nossos.

Mas as publicações de que se serviu constituem casos muito especiais no universo dos papéis da Restauração: trata-se de traduções para castelhano de papéis redigidos originalmente na Catalunha, em catalão, que foram trazidos para Lisboa em 1641 pelo embaixador do Principado, tendo sido impressos nesta cidade em castelhano por ordem de D. João IV. É o que se pode deduzir do privilégio estampado em todos, sem variantes, onde se lê:

Manda el Rey N. S. que pello Desembargo do Paço se despache licença, & Priuilegio a Lourenço de Queiros liureiro, para fazer imprimir quatro livros sobre as cousas de Catalunha, que o Embaxador daquelle Principado presentou a S. Magestade, que offerecerá com esta portaria. Em Lisboa a 6. de Mayo de 641, Francisco de Lucena.

Os papéis abarcados por este privilégio coincidem com fontes identificadas por Estruch y Tobella. Trata-se, afinal, de peças relevantes da política de aproximação entre Portugal e a Catalunha tentada entre 1640 e 1645 pelos partidários da Restauração, que fora iniciada poucos dias depois da aclamação de D. João IV, com o envio de mensagens e de embaixadas aos responsáveis pelo levantamento da Catalunha. Uma prova do empenhamento régio nessa aproximação foi a singular rapidez com que, em 1641, se publicou a *Relaçam da viagem do Padre Mestre Ignacio de Mascarenhas à Catalunha*. Este relato da primeira embaixada portuguesa a estabelecer relações diplomáticas com as autoridades catalãs obteve, em apenas três dias, as licenças necessárias do Desembargo do Paço, do Ordinário e da Inquisição²⁸. Mas, no caso dos papéis que aqui nos ocupam, o privilégio concedido a Lourenço de Queirós ilustra bem a proveniência de muitas das informações contidas nos *papéis*: os enviados, embaixadores, mensageiros, espíões, etc. que se movimentavam então no espaço ibérico²⁹.

A publicação de escritos dando notícias das vitórias do exército catalão ou da aliança franco-catalã em Lisboa, e dos feitos militares das forças portuguesas e dos progressos da sua diplomacia na cena internacional, em Barcelona, ocupou intensamente os prelos dos impressores ao serviço de ambas as causas, nos dois extremos da Península, entre 1641 e 1645. Tanto quanto pudemos apurar, deu origem a pelo menos quarenta títulos, redigidos em castelhano, catalão e português, várias vezes traduzidos e reimpressos numa e noutra cidade. Se do lado português é possível detectar a interferência directa do Rei, do lado catalão, como demonstrou Nuria Florensa i Soler, foi o próprio *Consell de Cent* a financiar a impressão de propaganda escrita. Foi este organismo, por exemplo, que encomendou ao Padre Gaspar Sala Berart a escrita de três dos quatro opúsculos mencionados acima, que acabaram por ser

²⁸ *Relação do sucesso que o Padre Mestre Inácio Mascarenhas teve na jornada que fez á Catalunha por mandado de S.M. D. João IV aos 7 de Janeiro de 1641*. Lisboa, na Off. de Lourenço de Anveres, 1641.

²⁹ Já Brito Aranha, no *Suplemento ao Dicionario bibliographico portuguez* vol. XVIII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p. 200, comentou, acerca deste acervo: «A série de opúsculos impressos em Barcelona, como se tem visto, não é pequena; além de notável por ser muito pouco vulgar, serve também de estudo relativo ao desenvolvimento que então já tinham, naquella parte da península hispânica, as artes graphicas. São bellísimos alguns existentes na vasta collecção da biblioteca nacional de Lisboa». Sobre o emprego de táticas de espionagem no espaço peninsular durante estes anos veja-se Fernando Cortés Cortés, *Espionagem e Contra-espionagem numa Guerra Peninsular 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

reimpressos em Lisboa³⁰. Por outro lado, tal como acontece no caso português, é possível identificar, na Catalunha, no mesmo período, um pequeno grupo de impressores que se colocaram ao serviço da causa catalã: Jaume Romeu, Jaume Mathevat, Gabriel Noguès e Pere Lacavallería dedicaram-se à tradução para castelhano e para catalão das relações e manifestos portugueses, e enviaram, para Portugal, notícias e relações em catalão e castelhano, não só de textos produzidos na Catalunha, mas também de panfletos franceses.

A leitura dos quatro papéis que iniciaram esta circulação de impressos entre as duas regiões peninsulares permite entender o modo como foi delineada inicialmente a estratégia editorial da facção catalã, apostada num ataque simultâneo em várias frentes e na justificação da revolta e das lutas separatistas através de argumentos do foro do Direito, da Teologia e de natureza Político-Militar. Assim, *Apoyos de la verdad catalana* estrutura-se como uma resposta, no plano jurídico, aos argumentos postos a circular pela facção castelhana quanto à legitimidade jurídica e moral da revolta, apresentando excertos da propaganda oficial da coroa seguidos dos argumentos que os invalidariam; já na *Proclamação da Catalunha* os motivos de descontentamento do povo catalão são justificados pela passagem em revista da História do Principado, dos pactos que realizara no passado com outros reinos peninsulares e além-Pireneus – nomeadamente com a França –, bem como dos direitos adquiridos ao longo dos tempos e do seu atropelo pelo governo de Filipe IV. Observe-se que, apesar das acusações de tirania, não há ataques directos ao monarca. A nível manifesto, os visados são os seus conselheiros: o nome mais citado é o do Conde Duque de Olivares, mas há também outros ministros e chefes militares acusados de instigarem o rei ao exercício da *tiranía*.

Já a *Notícia Universal da Catalunha*, apesar de também se debruçar sobre a história da Catalunha, propõe uma visão providencialista dos factos. Aí a Catalunha é pintada como uma nação extraordinariamente católica, protegida por Deus, pelos santos e pelos mártires que nela nasceram e cujos túmulos abriga, e descrita como uma comunidade predestinada para uma missão espiritual singular, apenas realizável em liberdade, fora do jugo castelhano. Apesar da sua longa extensão, o seu tom e a sua estrutura recordam as dos sermões da época, apresentando como provas para os argumentos invocados, quer exemplos retirados da vida dos santos e mártires catalães, quer relatos de prodígios e de episódios maravilhosos atribuídos à interferência divina. Por fim, o *Epítome* relata o comportamento dos exércitos castelhanos em batalhas ocorridas na Catalunha e no Rossilhão, denuncia o comportamento despótico dos seus chefes militares, a crueldade e o comportamento sacrílego dos soldados, justificando deste modo a organização da oposição catalã ao governo central e terminando com a relação circunstanciada dos confrontos militares com Castela ocorridos até à batalha de Montjuique.

Todos estes textos se encontram semeados de comentários de carácter moralizante, muitas vezes feitos sob a forma de aforismos, de máximas, de paralelos com provérbios, através dos quais os seus autores vão *dando sentido* aos factos narrados, marcando-os como acontecimentos dos quais é possível extrair verdades de natureza moral ou teológica, num

³⁰ Nuria Florensa i Soler, «La republica catalana en la guerra contra Felipe IV: el Consell de Cent: más que un gobierno municipal», *Espacio, tiempo y forma*, Série IV, Historia Moderna, nº 12, 1999, pp. 181-198 e ainda, Nuria Florensa i Soler, «La Republica catalana de 1641: un foc d'encendalls» in *Bulletí de la Societat catalana d'Estudis Històrics*, nº 15, 2004, pp. 75-88.

esforço interpretativo que muito se aproxima do tal modo de escrever «uma história particular» de que fala D. Francisco no *Hospital das Letras*.

Do ponto de vista do historiador que, ao tempo, desejasse ser isento e verdadeiro – e D. Francisco afirma, logo no início da sua História da guerra da Catalunha que «la verdad es la que dicta, yo quien escribe; suyas son las razones, mías las letras»³¹ –, parece-nos que os relatos dos acontecimentos certificados pelos representantes dos dois povos peninsulares que se opunham ao poder central seriam certamente preferíveis a qualquer versão posta a circular por este último. Mas nas alusões que faz à informação retirada de *papéis*, Melo revela-se prudente, apontando lacunas – como quando menciona, no livro V, parágrafo 135 «un ayudante catalán, cuyo nombre ignoramos y aun lo callan sus relaciones» (p. 191) –, precisando referências – com no livro II, parágrafo 39: «Mr de Serifián (a quien algunos papeles catalanes llaman Serniá)» – ou, mesmo, discutindo a verosimilhança dos dados referidos, como acontece no parágrafo 113, do livro IV quando diz:

Algunos papeles que se han escrito en Cataluña y han llegado a mis manos, impresos y manuscritos, quieren que Espernan capitulase com el Velez sin dar noticia al magistrado de lo que pretendía hacer; pêro no parece creíble que un hombre cuerdo y extrangero concertas ela reducción de una ciudad sin consentimiento de sus ciudadanos.³²

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, se é verdade que D. Francisco Manuel de Melo recorreu, para a escrita da sua história, a fontes ideologicamente enfeudadas, que apresentavam os factos de modo favorável a quem as encomendava, não é menos verdade que escolheu entre as opções possíveis aquelas que apresentavam a versão dos factos que considerou menos tendenciosa, a mesma, afinal, que foi aceite pelos dirigentes do partido que defendia. Ainda assim, não nos parece que ao fazê-lo tenha fugido aos seus objectivos como historiador, pois, como ele próprio dirá:

Ofrezco a los venideros un ejemplo, a los presentes un desengaño, un consuelo a los pasados. Cuento los accidentes de un siglo que les puede servir a éstos, aquéllos y esotoros com lecciones tan diferentes.³³

³¹ Estruch y Tobella, *La Guerra de Catalunha*, I §5, p. 35.

³² Estruch y Tobella, *La Guerra de Catalunha*, p. 155.

³³ Estruch y Tobella, *La Guerra de Catalunha*, p. 15.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

